

Uma visão dos trabalhadores da baixada: memória social a partir das crônicas urbanas do jornal A Folha da diocese de Nova Iguaçu na década de 1970.

Pedro Henrique Pimentel Reis⁹³
E-mail: pedropimentel542@gmail.com

Fábio Py⁹⁴
E-mail: pymurta@gmail.com

Resumo

Nosso principal anseio é apresentar uma visão dos trabalhadores periféricos na década de 1970. Geograficamente, o trabalho está circunscrito em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. Tomamos como enfoque o jornal *A Folha*, criado em 1972 pela Diocese de Nova Iguaçu durante a liderança do bispo Dom Adriano Hypólito, abertamente alinhado à Igreja da Libertação. O jornal foi um veículo de comunicação semanal que extrapolava os limites religiosos, tornando-se uma ferramenta estratégica da Diocese para promover reflexões críticas sobre temas sociais e políticos, consolidando-se como expressão do pensamento político católico na região. Partiremos da reflexão de Michael Pollak para observar a memória subterrânea dos trabalhadores urbanos construída nas crônicas do jornal. Consideramos um tipo de memória subterrânea, à medida que a Diocese elabora um perfil do trabalhador da Baixada a partir de sua ótica de mundo.

Palavras-chave: Memórias subterrâneas; Diocese de Nova Iguaçu; Crônicas Urbanas; Jornal A Folha; Teologia da Libertação.

Introdução

O trabalho analisará o jornal *A Folha*, da Diocese de Nova Iguaçu, que integra o acervo documental digitalizado pelo Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) e está disponível no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos da UFRJ. Como métodos e técnicas de pesquisa a análise documental das seguintes crônicas publicadas no jornal: “Imagem sangrenta num fim de semana”, “Transporte Popular em Sociedades de Classes”, “É preciso dividir o bolo, Severino” e “Imagem somente Imaginada”. A seleção do material se justifica por se tratar de documentos que narram cenas de violência, rotina no transporte público e diálogos do cotidiano dos trabalhadores da Baixada Fluminense. Teoricamente, utiliza-se a reflexão de Michael Pollak para observar a memória subterrânea dos trabalhadores urbanos construída no jornal. Entende-se um tipo de memória subterrânea, à medida que a Diocese atua como Igreja periférica, elaborando um perfil do trabalhador da Baixada a partir de suas experiências e ótica de mundo.

⁹³ Mestrando em Sociologia Política, IUPERJ- UCAM. Bolsista CAPES.

⁹⁴ Professor adjunto PPGSP-UCAM-IUPERJ.

À luz de Pollak, compreende-se as memórias subterrâneas dos trabalhadores da Baixada Fluminense como um espaço de disputas simbólicas, em que as culturas dominadas da periferia sofrem constante tentativa de silenciamento pela memória oficial (Py; Reis; Amaral, 2025). As crônicas selecionadas representam cenas que marcam a vida dos trabalhadores radicados nas regiões periféricas do Rio de Janeiro. Essas cenas constituem situações e lugares de memória, que quando evocadas, encontram adesão comum entre os grupos minoritários que sofrem cotidianamente as opressões do capitalismo que são aprofundadas no contexto repressivo da ditadura militar (Py, 2020).

Nesse sentido, o cotidiano dos trabalhadores representados nas crônicas de *A Folha* não se apresenta como algo dado, mas como uma construção narrativa e simbólica. Inspirados na reflexão teórica de Pollak, compreendemos que a memória subterrânea dos trabalhadores urbanos da Baixada Fluminense é constituída nas experiências cotidianas marcadas pela precariedade do transporte público, pela falta de segurança, pelas formas de exclusão social e pela projeção de um projeto de sociedade em comum. Nesse contexto, o jornal assume um papel institucional fundamental ao participar ativamente da construção de uma memória subterrânea dos trabalhadores da região. Por meio de personagens como “Zé da Silva”, são articuladas cenas que evidenciam a desigualdade urbana e a busca por dignidade. Assim, o cotidiano desses sujeitos é construído em trajetos ao trabalho, passeios em família ou conversas informais, compondo uma memória subterrânea (Pollak, 1989) atravessada pela organização popular e pelo desejo de transformação social.

A Diocese de Nova Iguaçu e o cristianismo da libertação

O município de Nova Iguaçu é um dos principais centros urbanos da Baixada Fluminense. Segundo dados do último censo realizado pelo IBGE, realizado em 2022, o município possui uma população de 785.867 pessoas e cerca de 1.509,60 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). A explosão demográfica da população de Nova Iguaçu se deu entre as décadas de 1920 e 1940: passou de 33.396 para 105.809 habitantes. Já na década de 1980, o município alcançava a marca de aproximadamente 1 milhão de habitantes, consolidando-se como um dos principais polos urbanos da Baixada Fluminense (Lira, 2015, p.45). Esse crescimento, no entanto, não foi acompanhado por políticas públicas de urbanização ou infraestrutura básica. O tecido urbano se expandiu

de maneira informal e fragmentada, com as famílias construindo suas casas gradualmente de forma autônoma, apoiadas por redes familiares e comunitárias (Lira, 2015, p.45). Lira (2015, p.45) aponta que a possibilidade de acessar um lote barato e construir uma moradia própria transformou Nova Iguaçu numa espécie de “eldorado popular” para os setores empobrecidos da população, oferecendo-lhes uma esperança de estabilidade e pertencimento.

A Diocese nasce historicamente vinculada ao movimento de renovação eclesial promovido pelo Concílio Vaticano II (CV- II). Criada oficialmente em 26 de março de 1960 pela Bula Quandoquidem Verbis do Papa João XXII (CNBB, Diocese de Nova Iguaçu – Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro), com a chegada de Dom Adriano Hypólito a diocese assumiu uma posição sistematicamente alinhada as propostas do CV- II. Uma das principais práticas foi a introdução do Conselho Presbiteral eleito e o Conselho Diocesano Pastoral, com o objetivo de promover uma maior participação de leigos, religiosos e padres nas decisões da diocese (Reis, 2013, p.59- 60). Nesse sentido, a Diocese de Nova Iguaçu passou por uma reconfiguração que buscava incorporar o espírito e as determinações conciliares. O Boletim Diocesano, meio pelo qual a diocese divulgava suas informações oficiais mais internas foi fundado em janeiro de 1969, e logo na primeira capa de sua edição, pode-se perceber o interesse de Hypolito em aproximar a diocese das renovações eclesiásticas:

O Boletim Diocesano que hoje apresentamos, vai mostrar aspectos de uma Diocese de periferia em processo de renovação conciliar. Sem pretensões, quer informar sobre os movimentos do Espírito Santo em nosso meio, na Baixada Fluminense que é uma área-problema: pela informação, quer formar e atualizar as mentalidades segundo o espírito do Concílio Vaticano; informando e formando, quer apertar os laços da caridade que une os membros da comunidade diocesana de Nova Iguaçu. (Programa, 1969, edição 1)

Esse trecho do Boletim Diocesano, revela que a administração de Dom Adriano Hypólito estava ciente da realidade periférica e das contradições sociais que marcavam a Baixada Fluminense (Py; Reis; Amaral, 2025). A expressão “área-problema” (Programa, 1969, edição 1) evidencia o posicionamento do bispo quanto às condições precárias que caracterizavam a região. O boletim já indica a forma que a diocese pretende pôr em prática a sua ação pastoral por meio do “serviço da caridade” (Programa, 1969, edição 1), e em seguida, embasa a sua intenção em um trecho do evangelho de Mateus. Na perspectiva teológica renovada do CV-II, privilegia-se a “ideia de uma Igreja de serviço e não de poder” (Gutiérrez, 2000, p.20) alicerçada no ideal da caridade como aspecto

central da vida cristã, e para isto cabe a palavra de Paulo, em que a fé se dá através da caridade: dada pela “entrega ao outro” e servindo de “fundamento da práxis do cristão” (Gutiérrez, 2000, p. 19).

A expressão da Diocese de Nova Iguaçu durante a gestão de Dom Adriano Hypólito convergiu com os princípios do Cristianismo da Libertação, tal como definidos por Michael Löwy. Dentre eles, a “opção preferencial pelos pobres” e a “solidariedade com sua luta pela autolibertação” (Löwy, 2016, p.78) fez parte da diretriz pastoral que orientava a atuação da Igreja junto aos setores marginalizados da Baixada Fluminense, assim, a opção pelos pobres também ocorreu na década de 1970 em diversas outras regiões periféricas do país (Py; Pedlowski, 2020). A Diocese de Nova Iguaçu, sob sua liderança, consolidou-se como expressão de uma Igreja enraizada na periferia do Rio de Janeiro, marcada por profundas desigualdades estruturais e carência de políticas públicas. Em meio ao cerceamento das liberdades imposto pela ditadura militar, a Diocese de Nova Iguaçu assumiu posição ativa na denúncia das injustiças e na promoção da consciência crítica mobilizador de uma “memória subterrânea” (Pollak, 1998; Py, 2020). Assim, se notabilizou por pensar a Igreja, no contexto de diálogo com a realidade através dos canais de expressão popular que enfrentavam a tônica do discurso hegemônico (Py; Reis; Amaral, 2025). A diocese implementou o jornal *A Folha* como um veículo de imprensa semanal que se tornou uma opção alternativa aos veículos de comunicação hegemônicos que não representavam as demandas dos pobres (Nascimento, 2007, p.21).

O Jornal A Folha e memória subterrânea nas Crônicas Urbanas

Durante o auge da ditadura militar brasileira, o jornal *A Folha* ultrapassou os limites das funções litúrgicas e catequéticas convencionais, convertendo-se em um espaço privilegiado de reflexão crítica diante das injustiças sociais, econômicas e políticas que afetaram profundamente a Baixada Fluminense (Nascimento, 2007). Em uma conjuntura marcada pela repressão e pelo cerceamento das liberdades civis, *A Folha* consolidou-se como ferramenta pastoral da Diocese, orientada pelos princípios de justiça social e de posicionamento “contra-hegemonico”. *A Folha* contribuiu com a elaboração de um imaginário católico direcionado para os conflitos presentes alinhados a uma perspectiva sócio-libertadora (Carvalhães; Py, 2017). Nascimento (2007, p.54) percebe a atuação

política do jornal ligada ao surgimento de uma “nova esquerda” que atingiu o Brasil após 1974, que traçava sua luta a partir dos jornais, constituindo uma forma de imprensa alternativa. A Diocese de Nova Iguaçu, então, participou ativamente ao lado de outros setores da Igreja da libertação e de parte da esquerda do período, criando “meios alternativos de comunicação” em um contexto em que a manifestação política era limitada (Nascimento, 2007, p.54).

Nesse sentido, o jornal *A Folha* tinha sua linha editorial (Luca, 2008) alinhada à práxis pastoral de Dom Adriano, em que veiculava denúncias às estruturas do capitalismo e os efeitos das desigualdades sociais. A inconformidade com a imprensa comercial é destacada na primeira página do jornal em sua primeira edição. Mais do que refletir sobre as tensões locais de Nova Iguaçu ou da Baixada Fluminense, o periódico se articula com um horizonte teológico e político mais amplo, que busca recuperar a centralidade da vida e da dignidade humana diante da dominação do Capital. Merece destaque para isso, a sua primeira edição, *A Folha* declara sua intencionalidade crítica:

A nossa Folha Diocesana pretende aparecer semanalmente, para servir de subsídio litúrgico às nossas comunidades cristãs, na celebração da eucaristia; e também principalmente para ajudar a abrir uma janela de reflexão em nosso mundo da Baixada, onde a vida é problemática e por vezes aparentemente sem saída. A nossa Folha está nascendo com o desejo de ajudar você, leitor, a não simplesmente engolir tudo o que uma imprensa comercial e enquadrada lança em cima de você [...]. Talvez uma Folha assim possa auxiliar você a descobrir que toda esta vida velha doida tem um sentido. E este sentido talvez possa começar a ser encontrado, quando você aprender a refletir, a ter seus pontos de vista, a não ir simplesmente na onda que os outros fazem. (Editorial. *A Folha*, Nova Iguaçu, 11 de junho de 1972)

O trecho citado demonstra que *A Folha* nasceu com um propósito claro de ser uma “memória de contestação” (Pollak, 1989). O editorial evidencia um compromisso com a crítica social, o estímulo à reflexão autônoma e a rejeição a passividade diante da grande imprensa comercial. Logo na capa da primeira edição se manifesta o desejo de atuar como interlocutor da “memória da periferia” (Pollak, 1989) do “mundo da Baixada” e se apresentar como alternativa à “imprensa comercial e enquadrada” (Editorial. *A Folha*, Nova Iguaçu, 11 de junho de 1972). Nesse mesmo período, surgiam projetos jornalísticos de grande circulação, como o “jornal da tarde” e a revista “Veja”, que passaram a difundir a narrativa do “milagre econômico” e priorizavam conteúdos de lazer, ambos pertencentes ao grupo Roberto Marinho (Kucinski, 1991, p. 45). O mito do milagre econômico se deu diante do crescimento exponencial do Produto Interno Bruto (PIB), que chegou a atingir seu auge em 1973. Nesse contexto, a ideia de modernização da economia

era o principal argumento dos governos militares. Por meio de suas páginas, a Diocese de Nova Iguaçu construía uma “memória contra-hegemônica” (Pollak, 1989) que tencionava os discursos difundidos pelos meios de comunicação alinhados ao status quo, reafirmando seu compromisso com os trabalhadores locais e a transformação da realidade (Py; Reis; Amaral, 2025).

Entende-se memória como uma “operação coletiva” dos “acontecimentos e das interpretações do passado”, elas então, possuem o poder de mobilizar fronteiras identitárias, sentimentos, possibilitar enquadramentos de instituições partidárias, igrejas, nações e os mais diversos grupos (Pollak, 1989, p.7). A paróquia de Nova Iguaçu, inserida num recorte mais amplo das transformações e movimentos vinculados à Teologia da Libertação, coloca-se como uma representante dos interesses dos trabalhadores da Baixada Fluminense a partir da crítica ao capital presente no *A Folha* (Py; Reis; Amaral, 2025). Três anos antes da criação do jornal, Dom Adriano Hypólito já manifestava o desejo de “pela informação (...) formar e atualizar as mentalidades segundo o espírito do Concílio Vaticano, informando e formando (...)” (Programa, 1º de janeiro de 1969). *A Folha* cumpre uma função pedagógica junto às camadas populares, ao “abrir uma janela de reflexão” para fazer o leitor “aprender a refletir” sobre “seus pontos de vista” (Editorial, 1972). Diante das opressões do sistema, o jornal visa auxiliar o leitor a “descobrir que toda esta vida velha doida” no fundo tem um “sentido” (Editorial, 11 de junho de 1972). Esse “sentido” aponta para um horizonte que emerge como possibilidade de transformação e “se traduz na utopia sociorreligiosa do ‘Reino de Deus’”, na construção de uma nova sociedade fundada na justiça e na liberdade (Löwy, 2016, p.227).

Do ponto de “vista estético do jornal” (Luca, 2008), *A Folha* apresentava uma estrutura híbrida, que conjugava elementos litúrgicos e não-litúrgicos em um mesmo espaço editorial. Visualmente, se nota que o jornal integrava, em suas páginas centrais, o folheto das missas dominicais, com as leituras bíblicas, salmos e orações, dispostos de forma ordenada. Essa porção litúrgica convivia lado a lado com seções de notícias e eventos do calendário eclesial, apresentadas com títulos em destaque e colunas bem demarcadas, o que reforça o caráter de instrumento pastoral e comunitário. Já, nas seções não litúrgicas, o jornal exibia um layout mais textual e denso (Luca, 2008), mas ainda assim organizado em colunas largas e manchetes enfáticas, muitas vezes em caixa alta, chamando a atenção para a importância do tema.

Além disso, algumas edições havia um espaço reservado para a seção “Pergunte ao Bispo”, marcada por um cabeçalho próprio que destacava perguntas sobre os mais diversos temas do mundo religioso, político ou social e as respectivas respostas de Dom Adriano. Essa seção pretende fazer um diálogo direto com os leitores: as perguntas apareciam em destaque, e as respostas eram apresentadas logo abaixo. Outro elemento notável nas páginas do jornal é o uso intenso de recursos verbais, com poucos recursos gráficos ou imagens ilustrativas. A ausência de fotografias é compensada pelo uso de títulos impactantes e a linguagem acessível em diversos formatos: crônicas, entrevistas, notícias e cânticos. Essa simplicidade gráfica está em sintonia com a proposta de um jornal engajado e de recursos limitados, mas que prioriza o conteúdo crítico e pastoral. Por fim, os assuntos editoriais mais gerais e as crônicas apareciam com destaque logo na capa ou no canto esquerdo da segunda página, a depender do ano da edição (Py; Reis; Amaral, 2025).

A primeira fonte da análise, intitulada “imagem sangrenta num fim de semana” (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972), retrata a experiência de uma família vítima de violência na Baixada Fluminense, revelando o cotidiano local de vulnerabilidade social. A segunda fonte, “Transporte Popular em Sociedade de Classes” (A Folha, Nova Iguaçu, 15 de fevereiro de 1976) apresenta a reprodução das desigualdades sociais no espaço do transporte público. Por conseguinte, a crônica “É preciso dividir o bolo, Severino” (A Folha, Nova Iguaçu, 28 de março de 1976), trata-se de uma conversa entre Severino e outro personagem onde se constrói um diálogo didático sobre os efeitos da concentração de renda como uma das principais contradições do sistema capitalista. E por fim, “Imagem Somente Imaginada” (A Folha, Ano 1 — Nova Iguaçu, 25 de junho de 1972 — nº3), que projeta um horizonte idealizado no qual as desigualdades provocadas pelo capitalismo não estão presentes na vida do trabalhador da Baixada Fluminense.

A crônica da edição do *A Folha* do dia 23 de julho de 1972, sob o título “Imagem sangrenta num fim de semana”, retrata uma cena cotidiana de uma família de Coelho da Rocha, bairro de São João de Meriti que é município da Baixada Fluminense e na década de 1970 fazia parte da Diocese de Nova Iguaçu (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972). A história se passa em um fim de semana, na linha central e auxiliar da Avenida Presidente Dutra, na qual “nove mil homúnculos se pisam em cada quilômetro quadrado”, formando um cenário de “caos e confusão, casas e casas, ruas e ruas, becos, lama e poeira,

sem ordem nem beleza” (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972). Essa construção narrativa aparece no primeiro parágrafo, em um tom crítico sobre os efeitos negativos da urbanização. A referência aos “homúnculos” na fonte remete a um ser humano pequeno, muitas vezes invisível no meio do “caos” e da “confusão” da Baixada Fluminense. Um dos principais questionamentos do primeiro parágrafo se dá diante da ausência de um “plano urbanístico” que faz da cidade “partida, rachada, estrangulada”, isto é, as condições infraestruturais da Baixada Fluminense não são as mesmas das regiões mais centrais do estado do Rio de Janeiro (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972). Por conseguinte, no segundo parágrafo a narrativa da família é desenvolvida:

“No acostamento, km 8, três homúnculos esperam ônibus. Apresento-os, ó distintos: seu Antônio Manoel do Espírito Santo mais a mãe D. Ana Maria do Espírito Santo mais a filha dele a garota Maria da Conceição. Esperam. Sempre esperam. E enquanto esperam, aspiram a poluição ambiente: fuscas e fuscões, ônibus e caminhões, carretas do progresso que passa, a técnica passageira, um fim de semana que vai e vem, que sobe e desce, tudo lerdo na pista de mão dupla. Diabo, cadê teus 200, ó Dodge super-híper? E tu, poderoso Mercedes importado por 95 mil?” (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972)

Sem perder de vista o trato religioso na construção da narrativa, a família dos “três homúnculos” é representada com sobrenomes de inspiração bíblica. Para além disso, a crítica ao progresso é construída a partir de uma cena cotidiana diante da “poluição ambiente” e, em tom irônico, das “carretas do progresso” que passam na Presidente Dutra (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972). A crônica, datada na década de 1972, no mesmo ano de inauguração do periódico *A Folha*, está situado no recorte temporal dos chamados “anos de chumbo”, período de maior repressão na ditadura militar. Nesse contexto, a crônica em questão não poupou esforços em denunciar as mazelas do capitalismo a partir da construção da memória dos trabalhadores da Baixada Fluminense que sofrem diretamente com os efeitos das desigualdades sociais e, consequentemente, romper com o mito do milagre econômico ao questionar “as pistas de progresso” de São João de Meriti (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972).

Na contramão do mito do milagre econômico, o jornal *A Folha* questiona “cadê teus 200”, o “Dódge super-híper” e o “poderoso Mercedes importado” que não estão em circulação em São João de Meriti (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972). Assim, a narrativa privilegia, nos termos de Pollak (1989, p.2), a escuta de uma memória subterrânea que, “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a ‘Memória Oficial’” (Py; Reis; Amaral, 2025). Em seguida, toda a família de Coelho

da Rocha foi vítima de bala perdida e faleceu enquanto esperavam o ônibus e o enterro não é liberado diante da ausência de um médico legista (A Folha, Ano 1 – Nova Iguaçu, 23 de julho de 1972). Para tratar desse campo de disputas narrativas e simbólicas em torno da crítica ao progresso, a teoria da memória é relevante como um meio de “pensar os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias” (Pollak, 1989, p.2). Nesse sentido, a crônica em questão, intitulada “imagem sangrenta num fim de semana”, cumpre o papel de constituição das memórias cotidianas de uma população da Baixada que sofre constantemente com a violência urbana e é invisibilizada (Pollak, 1989). Ao nomear personagens como Antônio Manoel, D. Ana Maria e Maria da Conceição, o jornal faz a “formalização” dessas memórias subterrâneas apagadas pela memória oficial (Pollak, 1989).

A segunda crônica, intitulada “Transporte Popular em Sociedade de Classes” (A Folha, Nova Iguaçu, 15 de fevereiro de 1976), descreve o cotidiano precário dos passageiros e motoristas das linhas de ônibus. A narrativa relata o percurso de motoristas como José Carlos e José Jacinto, revelando o caráter estruturalmente desigual na questão da mobilidade urbana. No frescão, o motorista se veste com:

Calça azul-marinho vincada, sapatos engraxados, camisa azul clara muito bem passada, gravata e cinto pretos, o motorista José Carlos da Conceição Melo trabalha numa temperatura entre 22 e 25º, com música FM estéreo, no “Frescão” da linha Grajaú- Castelo, onde os passageiros já são quase todos seus conhecidos. (A Folha, Nova Iguaçu, 15 de fevereiro de 1976)

No ônibus frescão, há um marcador de distinção social, equipado com ar-condicionado, recepcionistas distribuindo folheto, ao passo que, no “quentão” da linha 226, a marca é a deterioração (A Folha, Nova Iguaçu, 15 de fevereiro de 1976). Enquanto o motorista do frescão trabalha “numa temperatura entre 22 e 25º”, ao meio-dia o “quentão” está em um calor de 35º, os passageiros já estão estressados, reclamam e brigam por qualquer motivo (A Folha, Nova Iguaçu, 15 de fevereiro de 1976). A coexistência dessas duas realidades que circulam pelos mesmos trajetos, mas atendendo a públicos distintos, materializa a noção de sociedade de classes (Marx, 2017) a partir de marcadores de posição social no dia a dia do transporte público. Ao fim da crônica, é apresentado um dado estatístico do DETRAN:

Segundo estatísticas do DETRAN, houve no primeiro semestre desde ano 10.115 acidentes de trânsito, envolvendo mil, seicentos e trinta e cinco mil e quinhentos coletivos existentes. Embora os dados da divisão de Pesquisa do Departamento não especifiquem os tipos de ônibus, tanto para o diretor as Alpha S/A Senhor João Batista de Oliveira, quanto para o da Real Auto Ônibus S/A Senhor José da Siqueira, acidentes com “Frescóes” representam menos de 10% do total”. Na

primeira empresa das 50 batidas ocorridas este ano apenas 5, “de pequenas avarias”, foram com ônibus de luxo e na segunda somente 2 acidentes, num total de mais de 60, ocorreram com veículos de ar-condicionado FM estéreo, moças bonitas e passageiros bem-educados. (A Folha, Nova Iguaçu, 15 de fevereiro de 1976).

A conclusão da crônica com um dado estatístico reforça o compromisso pedagógico assumido pela Folha ao declarar que deseja “abrir uma janela de reflexão” aos seus leitores (Editorial, 1972). Ao destacar que “somente 2 acidentes” de um “total de mais de 60” envolveram ônibus do tipo frescão, reforça-se a distinção característica de uma “sociedade de classes” entre o transporte destinado às classes populares e aquele reservado às camadas médias.

Devido ao tom crítico de *A Folha*, à medida que se inscrevia no espaço público, desagradava a memória que a narrativa hegemônica tentava estabilizar e enquadrar (Pollak, 1989, p.7; Py; Reis; Amaral, 2025). Enquanto os periódicos hegemônicos como O Globo e Estado de S. Paulo escreviam edições negando as acusações de tortura contra os militares (Kucinski, 1991, p.46), o jornal *A Folha* seguia na contramão do discurso oficial propondo uma reflexão a partir do cenário de exclusão e desigualdade que atravessa a vida de milhares de Narcícios e Severinos:

Me explica essa de pobre e rico’. A pergunta era de Severino na outra ponta da mesa. Severino não era alguém a quem se pudesse passar para trás. Queria estar por dentro de tudo, mas não conseguia tirar da cabeça que esta divisão dos homens em pobres e ricos não era da responsabilidade de Deus. Não guardei toda a explicação, mas, em resumo, foi mais ou menos o seguinte: ‘Vê se usa um pouco de inteligência, homem. Esse negócio de pobreza não é problema. O mundo é rico. Está rico que tem recursos para dar de comer e beber a todas as pessoas da terra. O problema é que alguns têm mais comida do que podem comer, mais vestidos do que podem vestir, mais casas e apartamentos do que podem ocupar e assim por diante, enquanto outros estão com fome, sem roupa e dormindo debaixo de viadutos’. A questão portanto era outra. A humanidade nunca teve tanto recurso, mas não o utilizava para o bem de todos. Ao contrário, muitas vezes, infelizmente, utilizava para o mal. (...) Se a elite quer lucro, ela terá o lucro e em acréscimo a luta de classes. Não havendo lucro na construção de habitações populares, ela não construirá habitações populares, nem hospitais, nem escolas, mas encontrará dinheiro para apartamentos de alto luxo, em São Conrado. (A Folha, 28 de março de 1976, p.1).

A partir da crônica “É preciso dividir o bolo, Severino” *A Folha* disputa uma explicação para as causas das desigualdades sociais, em que Severino, um homem esperto que não se deixava “passar para trás”, e revoltava-se com a divisão de classes na sociedade pois “não era da vontade de Deus” (A Folha, 28 de março de 1976, p.1). Essa memória subterrânea coloca em questão uma perspectiva teológica que confronta leituras que, ao longo da história da Igreja legitimaram hierarquias sociais e estiveram estruturalmente alinhadas aos setores conservadores. Ao afirmar que a divisão entre

ricos e pobres não é “responsabilidade de Deus”, mas fruto de uma “humanidade que nunca teve tanto recurso”, mas não os utiliza “para o bem de todos” porque a “elite quer lucro” (A Folha, 28 de março de 1976, p.1), o jornal contrasta diretamente com setores conservadores da Igreja como o movimento da Tradição, Família e Propriedade (TFP), responsável por organizar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” - nas vésperas do golpe militar de 1964 – pedindo a derrocada do presidente João Goulart sob a acusação de ser uma liderança comunista, após sua tentativa de implementação das Reformas de Base no país (Kacowicz, riomemorias).

Ainda que com colaboração na materialização do golpe de 1964, pode-se dizer que a TFP tinha um caráter diretamente religioso e indiretamente político (Quadros, 2013, p.197). O movimento leigo contava com forte atuação do bispo D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer, ambos faziam parte do grupo *Coetus Internationalis Patrum*, correspondente à ala mais tradicionalista que participou dos debates do CV- II (Beozzo, 2001, p. 154 -155). O movimento, liderado por Marcel Lefebvre, buscava reafirmar a doutrina tradicional da Igreja e, simultaneamente, resistir às reformas propostas no CV-II, rebatendo as posições progressistas que ganhavam espaço e mantendo essa atuação mesmo após o término do concílio (Beozzo, 2001, p. 156). Nesse contexto, entende-se o posicionamento da diocese como parte de uma “memória contra-hegemônica” que também se colocava em disputa dentro do próprio âmbito religioso (Pollak, 1989).

Por meio de *A Folha*, a diocese se posicionou ao lado das camadas empobrecidas da diocese, sob a liderança de Dom Adriano Hypólito, cuja consciência sobre a realidade local e compromisso com “a opção preferencial pelos pobres e a luta pela autolibertação” (Löwy, 2016, p.77) orientaram a sua prática pastoral. A diocese mobilizou uma memória subversiva de crítica ao capital partindo de um cenário ideal a ser conquistado para a melhoria da vida dos trabalhadores. Por fim, a fonte intitulada “Imagem somente imaginada” (A Folha, Ano 1 — Nova Iguaçu, 25 de junho de 1972 — nº3), uma crônica que retrata a rotina ideal do trabalhador comum, que não sofre cotidianamente com a precarização do transporte público em decorrência do descaso do poder público.

Na crônica em questão, observa-se uma representação utópica da rotina de um trabalhador chamado “Zé da Silva”, nome genérico que encarna um sujeito coletivo das periferias do Rio de Janeiro. O texto simula um dia ideal de trabalho: trens limpos e pontuais, salões de espera confortáveis, transporte urbano eficiente e um salário digno.

Trata-se, no entanto, de uma “imagem somente imaginada” (um típico caso de memória subterrânea - Pollak, 1998) como anuncia o título – uma fantasia contrastante com o cotidiano precário vivido pelos trabalhadores da região:

1 Zé da Silva chega à estação de Nova Iguaçu. **Às 5.40.** Estação limpa. Acolhedora. Muita gente. Todos rumo ao trabalho. Lê embaixo. No Rio. Zé da Silva, o Zé das multidões sem nome, tira a passagem e senta calmo no salão de espera. Salão acolhedor e limpo. Pega “O DIA”. Homem comum, homem simples, lê as notícias sindicais da terceira página, e as manchetes sensacionais, de vez em quando também as longas reportagens de absurdos crimes da Baixada, novelas da vida bem ou mal vivida. Até que o comboio, triunfando, chega e treme. **Às 5.45.** Parada 3 minutos. (A Folha, 25 de junho de 1972 — nº3)

Algo parecido com um funk conhecido nas periferias cariocas lançado em 1996 do Mc Bob Rum dizia “era só mais um Silva que a estrela não brilha, ele era funkeiro mas era pai de família” (Rap do Silva, 1996). Na música, Silva “era um trabalhador” que “pegava o trem lotado”, como tantos outros trabalhadores relegados às margens do capitalismo. (Rap do Silva, 1996) “Era só mais um” em meio a tantos outros que não possuem direito de voz ou reconhecimento e, por isso, suas histórias de vida passam sem serem percebidas. É uma linguagem comum da periferia carioca, sabe que, onde se encontram a cada esquina, há alguém com “Silva” no sobrenome – um nome comum, mas profundamente marcado por um passado coletivo de apagamentos (Pollak, 1989). Segundo reportagem do jornal O Globo (O que 5 milhões de brasileiros têm em comum? Um nome com um passado sombrio, 07/12/2024), mais de cinco milhões de brasileiros carregam o sobrenome Silva, tornando-o o mais comum do país. Contudo, essa marca esconde uma origem: durante a escravidão, muitos negros libertos receberam esse nome como forma de apagamento de suas identidades africanas originais. Era uma convenção colonial imposta pelo sistema escravocrata, que via no nome um marcador de sujeição e submissão. “Silva” tornou-se sinônimo de ninguém, uma identidade genérica aplicada a corpos negros despojados de sua história (Py; Reis; Amaral, 2025).

O jornal, então, ao trazer a memória dos Silvas, resgata as lembranças que estão “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais” (Pollak, 1989, p.6). Na imagem imaginada, quando “Zé da Silva” entra na estação de Nova Iguaçu e é um local limpo e acolhedor (A Folha, 25 de junho de 1972 — nº3), está representando o anseio de todos os trabalhadores periféricos que enfrentam dificuldade com as péssimas condições de transporte público (Py; Reis; Amaral, 2025). Na década de 1980, a prestação de serviços urbanos na cidade de Nova Iguaçu não atendia sequer metade da população, além dos altos índices de analfabetismo que assolavam a região (Mainwaring, 2004,

p.210). Silva na imagem imaginada é o “homem comum”, que tem tempo de “ler as notícias sindicais” antes de chegar ao trabalho (A Folha, 25 de junho de 1972 — nº3), portanto, engajado nas lutas sociais e no compromisso com a “libertação econômica, social” e “política” enquanto “agente de seu próprio destino” (Gutiérrez, 2000, p.34). O trem é um lugar de memória (Nora, 1993) do povo trabalhador que dispõe de muito tempo de seu dia para chegar aos seus postos de trabalho, especialmente os moradores da Baixada Fluminense, que estão espacialmente distantes da capital da cidade do Rio de Janeiro. Então, dentro de um cenário ideal:

3 Exatamente às 6.31 o trem chega à Central. Como o general diretor então há determinado: “E vejam lá, trem das 6.31 chega às 6.31!” Zé da Silva sai do trem limpo para a estação limpa e acolhedora. Sem atropelo nem confusão. Sem retardo nem pressas. Sai calmo. Ali pertinho para o ônibus fácil, limpo e acolhedor que o leva até a construção. No Maracanã. Toma o ônibus. Limpo e confortável. Mais 15 minutos (ou 16) e chega a tempo de trocar a roupa de trabalho, de assinar o ponto, de cumprimentar os companheiros de ideal. Tijolos. Humildes tijolos. Contínuos tijolos. E um salário justo. Meu Deus, por que não esta imagem somente imaginada? (A.H.) (A Folha, 25 de junho de 1972 — nº3)

Ao descrever esse cotidiano idealizado, o autor não apenas denuncia as mazelas do presente, mas também reivindica o direito fundamental a condições dignas de existência para o trabalhador. Em 1972, a ditadura militar brasileira ainda vivia os chamados “anos de ouro” (Cordeiro, 2014, p. 92), marcados pela contenção da inflação e pela construção ideológica do “milagre econômico”. Contudo, a memória coletiva sobre o regime tende a se fixar nos chamados “anos de chumbo”, período de intensificação da repressão política e da censura institucionalizada (Cordeiro, 2014, p. 92). Nesse contexto, o fragmento se indaga se “esta imagem” é “somente imaginada?” (A Folha, 25 de junho de 1972 — nº3), insere-se em um espaço de disputa de narrativas sobre o passado. Tal questionamento evoca as memórias subterrâneas dos trabalhadores periféricos de Nova Iguaçu, cuja experiência cotidiana foi silenciada pela memória oficial e que, como sugere Pollak (1989, p.6), provoca a reflexão ao entendimento de “a que ponto o presente colore o passado”.

Considerações finais

Este artigo buscou compreender o papel desempenhado pelo jornal *A Folha* como instrumento de crítica ao sistema capitalista, ao registrar cenas de violência urbana, experiências cotidianas no transporte público e diálogos que expressam a consciência social dos trabalhadores da Baixada Fluminense, constitui-se como espaço de construção

e circulação de memórias subterrâneas (Pollak, 1989) durante o período da ditadura civil-militar. A partir da análise documental das crônicas selecionadas e do aporte teórico de Pollak, pretende-se demonstrar que a Diocese de Nova Iguaçu operou não apenas como instância pastoral, mas também como agente produtor de narrativas contra-hegemônicas. Assim, a pesquisa almeja contribuir para compreender de que modo *A Folha* elaborou um retrato crítico do trabalhador urbano, articulando denúncia social e reflexão política, revelando a força das memórias silenciadas que emergem nas margens da sociedade.

Referências bibliográficas

BEOZZO, José Oscar. *Medellín: inspiração e raízes*. Revista eclesiastica brasileira, v. 58, n. 232, p. 822-850, 1998.

BRASIL/Rio de Janeiro/Nova Iguaçu. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>. Acesso em 28 nov. 2025.

CARVALHÃES, Claudio; PY, Fábio. 2017. Liberation Theology in Brazil. *CrossCurrents*, Chicago, v. 67, p. 157-179, mar. 2017.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v. 22, p. 85-104, jun. 2009.

DIOCESE de Nova Iguaçu. Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro. [s.d]. Regional Leste 1. CNBB. Disponível em: <https://cnbbleste1.org.br/dioces/es/nova-iguacu>. Acesso em 28 nov. 2025.

EDITORIAL. Nova Iguaçu. *A Folha*, p.1. 11 jun. 1972. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4990>. Acesso em: 28 nov. 2025.

É preciso dividir o bolo, Severino. Nova Iguaçu. *A Folha*, p.1. 28 mar. 1976. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4990>. Acesso em: 28 nov. 2025.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação-Perspectivas*. Edições Loyola, 2000.

HYPÓLITO, Dom Adriano. [*Boletim Diocesano*]. Programa. Nova Iguaçu, 1 jan. 1969. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4482>.

IMAGEM sangrenta num fim de semana. Nova Iguaçu. *A Folha*, p. 2. 23 jul. 1972. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4990>. Acesso em: 28 nov. 2025.

IMAGEM somente imaginada. Nova Iguaçu. A Folha, p.2. 23 jun. 1972. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4990>. Acesso em: 28 nov. 2025.

KACOWICZ, Davi Aroeira. Marcha da Família com Deus pela Liberdade. *Riomemorias* (site). Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade/>. Acesso em: 28. nov. 2025.

KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*, 2ª ed. São Paulo: Revista Ampliada, 2001.

LIRA, Ronald Apolinário de. *Um Momento Novo: Pastoral da Juventude e formação político-partidária na diocese de Nova Iguaçu RJ*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LÖWY, Michael. O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina. **São Paulo: Expressão Popular**, 2016.

LUCA, Tania Regina de. In: PINSKY, Carla Bassanezi. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes históricas**, São Paulo, Contexto, p. 111-154, 2008.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985**. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladímir I. **Manifesto Comunista/Teses de abril**. Boitempo Editorial, 2017.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da Libertação: A atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do Jornal A Folha (1974- 1981)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, PUC- SP, v. 10, p. 7-28, 10 dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 01 jan. 1989.

PY, Fábio. 2020. Bolsonaro's Brazilian Christofascism during the Easter period plagued by Covid-19. *International Journal of Latin American Religions*, v. 4, p. 318- 334, 29 set. 2020.

PY, Fábio; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. 2018. Atuação de religiosos luteranos nos movimentos sociais rurais no Brasil (1975–1985). *Tempo*, Universidade Federal Fluminense, v. 24, n. 2, p. 233–252, jun, 2017.

PY, Fábio; REIS, Pedro Henrique; AMARAL, Clinio. 2025. The Subterranean Memory and the Criticism of Capitalism of the Diocese of Nova Iguaçu in the Newspaper “A Folha” (1972–1981). *Religions*, v. 15, n. 12, p. 1-24, 28 nov. 2025.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. O conservadorismo católico na política brasileira: considerações sobre as atividades da TFP ontem e hoje. *Estudos de Sociologia*, PUCRS, v. 18, n. 34, 09 ago. 2013.

RUM, Bob. 1996. Rap do Silva. *Letrasmusbr* (Site). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/bob-rum/295798>. Acesso em 28 nov. 2025.

TIMES, New York. O que 5 Milhões de Brasileiros têm em Comum? Um nome com um Passado Sombrio. *O Globo* (Site). Publicado em: 07 dez. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/12/07/o-que-5-milhoes-de-brasileiros-tem-em-comum-um-nome-com-um-passado-sombrio.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2025.

TRANSPORTE Popular em Sociedade de Classes. Nova Iguaçu. A Folha, p.1. 15 fev. 1976. Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4990>. Acesso em: 28 nov. 2025.